



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone: (42) 3220-1065 Ramal 2176 E-mail: pgcmaspg@gmail.com Ponta Grossa – PR

ATA 361 – 25/08/2022

1
2 Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de dois mil e vinte dois, às quatorze horas e vinte minutos,
3 realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa, em sua
4 sede na Rua Joaquim Nabuco nº 59 e virtualmente através do aplicativo Google Meet e
5 presencialmente na sala do CMAS, sob a convocação de seu presidente Armando Madalosso Vieira.
6 Fizeram-se presentes os seguintes **conselheiros governamentais titulares**: Lucília do Rocio Lopes
7 Andrade e Karina Teresinha Muehlbauer (Fundação de Assistência Social de Ponta Grossa/FASPG);
8 Maria Juliana Clemente Mayer (Fundação Municipal de Saúde); Leni Aparecida Viana da Rocha
9 (Secretaria Municipal de Educação). **Os conselheiros não governamentais titulares**: Beatriz de
10 Souza (Proteção Social de Média Complexidade); Valquíria Verwiebe (Profissionais da Área de
11 Assistência Social); Armando Madalosso Vieira (Entidades de Proteção Social Básica); Antonio Elizeu
12 Martins e Cleuci Mara Barbosa Martins (Usuários da Assistência Social). **Os conselheiros**
13 **governamentais suplentes**: Lucélia de Fátima Andrade (Fundação Municipal de Saúde). **Os**
14 **conselheiros não governamentais suplentes**: Laerte Bittencourt Filho (Proteção Social de Média
15 Complexidade). **Os conselheiros não governamentais suplentes no exercício da titularidade**:
16 Francieli Ramos Padilha (Profissionais da Área de Assistência Social). Estiveram presentes os
17 seguintes convidados: Consuelo Szczerepa (Ministério Público); Adrianis Galdino da Silva Junior
18 (CEAS – PR); Priscila Pinheiro (Casa do Piá); Sandra Acordi e Viviane Orłowski (Departamento de
19 Proteção Social Básica); Ana Flávia Safraid (estagiária do Ministério Melhor Viver); Gabriel Adolfo
20 (LBV). A secretária executiva Thais do Prado Dias Verillo e agente administrativa Maria Aparecida da
21 Silva. A plenária contou com a seguinte pauta: 1- Apreciação e aprovação da pauta; 2- Aprovação da
22 ata nº 360; 3- Informes; 4- Comissão Eleitoral: 4.1. Relato da Eleição; 5- Comissão de
23 Acompanhamento do SUAS: 5.1 Análise Plano de Trabalho Emenda Parlamentar Vereador Felipe
24 Passos – Casa do Piá; 5.2 – Análise do Plano de Aplicação da ASSARTE e APEDEF, após
25 apontamentos da UGT, Revisão Resoluções nº 34 e 36; 6 - Comissão de Acompanhamento do Fundo:
26 6.1 – Análise da LOA 2023; 6.2 – Análise do Relatório Financeiro do FMAS. O presidente Sr. Armando
27 iniciou a reunião, após segunda chamada, cumprimentou a todos e passou a palavra para a secretária
28 executiva Thais. A mesma colocou a pauta para aprovação dos conselheiros, explicou que apesar de
29 saber que não é possível fazer inclusão de pauta, por ser segunda chamada, gostaria de saber se o
30 pleno concorda em inserir a Reprogramação do Centro POP, visto que o assunto foi discutido na
31 reunião de Comissão de Acompanhamento do Fundo, mas por equívoco não foi inserido na pauta,
32 como assunto a ser discutido na plenária, os conselheiros concordaram. Na sequência passou para
33 a aprovação da ata nº 360. Aprovada por unanimidade. O próximo item da pauta foram os informes,
34 o primeiro foi sobre o convite recebido pelo conselho para participar da Formatura da Guarda Mirim
35 que acontecerá no dia 27/08 às 09:00 horas, na sede do Jardim América. O segundo informe foi sobre
36 a nomeação da conselheira Tatyana Denise Belo, para exercer o cargo de Secretária da Família e
37 Desenvolvimento Social e participou aos conselheiros que será solicitado indicação de substituição
38 para a vaga de titular. Como terceiro informe lembrou aos conselheiros que a Tatiana Haddad –
39 assistente social da Gestão do Trabalho, enviou para os conselheiros um formulário relativo às
40 capacitações, e que mesmo os que não participaram podem preencher, pois neste formulário são
41 solicitadas sugestões do que pode ser feito para melhorar a participação e quais foram os
42 dificultadores da participação dos conselheiros. Assim sendo poderá haver melhorias para uma
43 próxima capacitação. E por último aproveita a oportunidade para dar as boas-vindas para a nova
44 diretora do Departamento de Proteção Social Básica, a assistente social Sandra Acordi. O próximo
45 assunto da pauta foi o relato da Comissão Eleitoral, a secretária Thais informou que a eleição ocorreu
46 no dia dois de agosto, que tiveram 69 (sessenta e nove) votantes, ressaltou ser um número
47 expressivo, o que se deve ao fato da realidade hoje ser diferente do ano de 2021, por não estarmos
48 em pandemia. A eleita foi a assistente social Francieli da Casa da Acolhida com 34 votos, que estava
49 participando da reunião. Em seguida a Ivelize Silva – educadora do Abrigo Municipal - com 17 votos,
50 em terceiro lugar ficou a Rosenei Nakonieczni– Coordenadora da APADEVI – com 12 votos e a Tayná



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone: (42) 3220-1065 Ramal 2176 E-mail: pgcmaspg@gmail.com Ponta Grossa – PR

51 de Oliveira – assistente social da Colmeia – com 06 votos. E colocou que essas candidatas que
52 participaram e receberam votos, caso haja alguma desistência durante o período poderão substituir o
53 conselheiro desistente. Informa ainda que foi encaminhado ofício com o relato das eleições ao
54 Ministério Público. O próximo item da pauta foi relato da Comissão do SUAS, o qual teve seus
55 assuntos discutidos em conjunto com a Comissão do Fundo, tendo em vista que foram análises de
56 Planos de Trabalho de Emendas Parlamentares. Como primeira emenda foi analisado o Plano de
57 Trabalho da Casa do Piá, referente a Emenda Parlamentar Impositiva, da lei que foi aprovada
58 recentemente, onde os vereadores poderão repassar recursos para as entidades. Tal emenda foi
59 destinada pelo vereador Felipe Passos que repassará o valor de R\$ 25.000,00 para a entidade Casa
60 do Piá. O Plano de Trabalho prevê a reforma da sala de Informática da entidade, aquisição de cadeiras
61 fixas e aquisição de três tipos de computadores. Aprovado por unanimidade conforme
62 **Resolução/CMAS/nº 54/2022**. Quanto aos outros planos de aplicação das entidades ASSARTE e
63 APEDEF, explicou que foram apreciadas na plenária de março, são emendas parlamentares do
64 deputado federal Aliel Machado e o recurso está em conta e quando os referidos planos foram
65 analisados pela UGT, foram feitos alguns apontamentos e solicitado que a entidade faça algumas
66 alterações. No plano da ASSARTE, a entidade tinha previsto manutenção de veículos, contudo este
67 item não está contemplado na cartilha que prevê as ações onde podem ser utilizado o recurso.
68 Contudo a cartilha indica compra de itens para manutenção de veículos e a orientação foi de que a
69 entidade colocasse tais itens ou retirasse manutenção de veículos e redistribuísse o valor para outros
70 itens. A entidade optou por redistribuir o valor e a comissão entendeu que ficou tudo certo. Aprovado
71 por unanimidade conforme **Resolução/CMAS/nº 52/2022**. Quanto a APEDEF, aconteceu a mesma
72 situação e mais dois itens deverão ser corrigidos. Foi colocado no plano manutenção de veículos, o
73 valor total excedeu em R\$ 1.000,00 e também foi inserido passagem e despesa com locomoção. A
74 orientação foi de retirar este último item, que era um valor irrisório de R\$ 300,00. No caso da
75 manutenção de veículos foi colocado material para manutenção de veículos, isso está na cartilha e
76 são diversos itens que são contemplados na cartilha e o valor que estava em R\$ 71.000,00, sendo
77 que a emenda é no valor de R\$ 70.000,00, foi realizado a redistribuição a fim de alcançar este valor.
78 Aprovado por unanimidade conforme **Resolução/CMAS/nº 53/2022**. O próximo assunto da pauta foi
79 o relato da Comissão do Fundo, a secretária Thais sugeriu em iniciar pela Reprogramação do Centro
80 POP, por ser um documento menor. A conselheira Karina, coordenadora da Comissão do Fundo
81 iniciou explicando que o departamento realizou esta solicitação em virtude da execução do recurso,
82 que o processo para realização do Diagnóstico está tramitando, contudo, não será possível concluir
83 este ano. Assim sendo, foi solicitado que o recurso no valor de R\$ 68.958,00 que deve ser executado
84 com Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica, seja redistribuído para kit lanches e pagamento de
85 aluguel do Centro POP, para que o recurso seja executado em 2022. Após algumas colocações dos
86 conselheiros e do ouvinte Adrianis, o presidente senhor Armando colocou o assunto em votação,
87 como não houve nenhuma manifestação contrária do pleno, a Reprogramação foi aprovada por
88 unanimidade. Na sequência foi apresentado o relatório financeiro do Fundo Municipal de Assistência
89 Social, com destaque de que muitas fontes tem sido executadas de forma mais célere. Foram
90 realizados alguns esclarecimentos quanto a recursos que serão devolvidos e outros que foram
91 executados em sua totalidade, a comissão solicitou também que as emendas parlamentares sejam
92 especificadas nos relatórios para facilitar a compreensão de todos. A diretora do DPSB informou que
93 o Acessuas foi prorrogado até 2026 conforme resolução do CNAS nº 49 de novembro 2021, e que
94 está em processo de abertura de edital. O BPC na escola não será executado e o recurso será
95 devolvido. O próximo item a ser apresentado para apreciação do conselho foi a LOA 2023. A
96 conselheira Karina comunicou ao conselho que a comissão destacou alguns pontos de maior
97 relevância dentro da LOA. Iniciou mencionando o primeiro ponto que foi o valor previsto no PPA que
98 era de R\$ 52.278.807,71 e o valor da LOA ficou em R\$ 58.288.250,27. Assim sendo percebe-se que
99 alguns valores foram alterados para mais, segundo o planejamento dos departamentos, como por
100 exemplo a PSE, com a questão do albergue. Na reunião da comissão foram realizados todos os



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone: (42) 3220-1065 Ramal 2176 E-mail: pgcmaspg@gmail.com Ponta Grossa – PR

101 comparativos em relação ao que foi previsto no PPA, que passou pelo conselho, ao que está previsto
102 na LOA, com destaques a alguns itens diante desse comparativo. Nos Benefícios Eventuais foi feito
103 um apontamento referente a grande diferença de valor do previsto no PPA e o valor que está na LOA,
104 isso acompanha a questão econômica do país. O ouvinte Adrianis questionou se o Ginásio da Pessoa
105 com Deficiência aparece na LOA, a conselheira Karina informou quais foram as ações previstas,
106 diante dessas informações Adrianis colocou o questionamento se a comissão levou em conta as
107 discussões realizadas pelo conselho no ano passado com relação ao Ginásio, que custa R\$
108 212.000,00 e não tem impacto social, tem um programa do qual tem restrições técnicas e o próprio
109 Tribunal de Contas quando fiscalizou o transporte em Ponta Grossa deixou isso claro, questionou
110 também se o conselho tivesse que fiscalizar sobre as atividades do Ginásio dentro da política de
111 Assistência Social quais seriam as atividades realizadas por esse equipamento. Acrescentou que
112 existem idosos, adultos, crianças e adolescentes que precisam de um Centro Dia e não tem, e esse
113 equipamento com uma estrutura louvável, mas que custa para o poder público e não atende a
114 assistência, e pior do que isso tem uma rádio da inclusão que parece ser uma atividade muito mais
115 pessoal do que comunitária. Colocou ainda que é grave passar por esses valores sem fazer uma
116 avaliação do impacto social, do atendimento e se de fato cumpre os ditames da política de assistência
117 social. Diante do que foi exposto, a conselheira Karina falou sobre a pertinência da fala do ouvinte
118 Adrianis, sobre o questionamento que deve ser feito, que o impacto mencionado por ele é de quase
119 meio milhão, e observa-se que existe uma execução de diversas políticas públicas da forma como
120 está sendo feita hoje, mas financiada pela política de assistência. Sugeriu ao presidente que haja
121 esse questionamento com relação a essas adequações e reordenamento do serviço ofertado. A
122 secretária executiva sugeriu também que seja questionado a gestão sobre o valor gasto para a
123 manutenção do Ginásio, tendo em vista que a LOA é uma previsão, e que seja solicitado ainda as
124 atividades desenvolvidas e todos esses questionamentos para verificar qual é a pertinência junto a
125 política da assistência. Colocou como observação que o Departamento de Proteção Social Especial,
126 onde o Ginásio está inserido, entende que não é desse departamento, informou que há um SEI aberto
127 solicitando um parecer da presidente da fundação quanto a transferência desse serviço para outra
128 política ou para outra secretaria, mas ainda não foi obtido resposta. Assim sendo, o pleno acatou o
129 encaminhamento proposto, e será enviado um ofício solicitando essas informações. Como último
130 assunto o senhor presidente passou informações referentes a reunião realizada no dia 24/06 com a
131 senhora prefeita Elizabeth, a proposta era que de a partir de julho seriam iniciados os pagamentos,
132 foi passado para as entidades que fizessem a readequação de seus planos, e quando chegou na
133 procuradora do município, a mesma deu uma cota dizendo que não havia autorização orçamentária
134 e nem do município para que fosse feito. Diante dessa situação por orientação do contador da FASPG,
135 foi elaborado um Termo de Compromisso em que a prefeita, a secretária de finanças e a Vinya -
136 presidente da FASPG, faziam esse compromisso autorizando o repasse, isso foi feito e saiu com data
137 do dia 24/06 que foi a data da reunião, mas esse documento foi feito no final de julho. Foi passado
138 para a procuradora que fez outros questionamentos e a mesma passou para a controladoria do
139 município em 10 de agosto para manifestação. Esta analisou o processo e a controladora colocou a
140 seguinte cota: *destaca-se que não consta informação na planilha de reajuste anexa referente ao valor*
141 *total para ser aditivado a cada Termo de Colaboração*, ou seja, no processo não foi colocado o termo
142 de compromisso onde constava todas as informações que a controladoria solicitou. Em contato com
143 a controladora, foi enviado o referido termo e constatado que não estava anexado esse documento
144 no processo, no protocolo da entidade que enviou o documento realmente não constava. No dia
145 anterior, o presidente do CMAS questionou a presidente da FASPG, devido à necessidade das
146 entidades, visto que em agosto não será mais possível pagar, contudo o compromisso é de pagar em
147 seis parcelas. Questionado o secretário de finanças do município, este afirmou ter autorizado, desta
148 forma se o ordenador de despesa do município foi favorável ao pagamento, por qual razão a
149 procuradora disse que não pode, não havendo nada ilegal no trâmite. E no momento estão analisando
150 a melhor estratégia de continuidade do processo e ver qual a melhor solução. E como presidente do



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone: (42) 3220-1065 Ramal 2176 E-mail: pgcmaspg@gmail.com Ponta Grossa – PR

151 conselho se comprometeu a não desistir de alcançar o objetivo. A conselheira Lucília questionou
152 sobre o processo de alteração da Lei, visto que o conselho não está paritário e se encontra com
153 dificuldade de quórum. A secretária Thais informou que no momento o processo está na Procuradoria
154 Legislativa e se assumiu o compromisso de solicitar o andamento do mesmo. Na sequência a
155 conselheira Cleuci pediu a palavra para manifestar sua indignação diante do que tem acontecido na
156 entidade APACD, relatando que um dos grandes problemas no momento é a falta de profissionais
157 clínicos, todos foram demitidos, segundo a conselheira, por falta de gestão pública, e no momento,
158 especialmente pelo afastamento da fisioterapeuta, com mais de 15 anos de serviços prestados na
159 entidade, a última técnica clínica. Ressaltou ainda que tem dois filhos com necessidades especiais
160 severas e a entidade não dispõe mais de nenhum profissional clínico por falta de pagamento. Por
161 último o ouvinte Adrianis – conselheiro do CEAS, usou da palavra para questionar a LOA, sobre a
162 rubrica 227 – Manutenção das atividades do Centro da Mulher – R\$ 106.000,00. E afirma que esta
163 atividade foi retirada do Plano Municipal de Assistência Social e logo não deve estar na LOA, que o
164 conselho retirou essa atividade do plano e não deve ser inserida na LOA, pois foi retirada do PMAS
165 por não ser atividade a fim. O presidente senhor Armando informou que será revista essa situação e
166 agradeceu a manifestação realizada pelo Adrianis, e que ficou o apontamento para que seja revisto
167 essa questão. Esgotados os assuntos da pauta, o presidente Armando Madalosso Vieira encerrou a
168 reunião agradecendo a presença de todos. Esta ata foi transcrita e redigida pela agente administrativa
169 Maria Aparecida da Silva, e revista pela secretária executiva Thais do Prado Dias Verillo, após
170 aprovada segue assinada pelos conselheiros presentes.

171 Thais do Prado Dias Verillo _____

172 CPF: 042.454.089-44

173 Lucília do Rocio Lopes de Andrade _____

174 CPF: 741.811.819-87

175 Karina Teresinha Muehlbauer _____

176 CPF: 039.183.429-05

177 Maria Juliana Clemente Mayer _____

178 CPF: 003.644.299-25

179 Lucélia de Fátima Andrade _____

180 CPF: 960.451.679-53

181 Leni Aparecida Viana da Rocha _____

182 CPF: 319.665.009-04

183 Beatriz de Souza _____

184 CPF: 587.082.009-04

185 Laerte Bittencourt Filho _____

186 CPF: 442.362.639-04

187 Valquíria Verwiebe _____

188 CPF: 024.349.949-38

189 Francieli Ramos Padilha _____

190 CPF: 085.737.389-79

191 Armando Madalosso Vieira _____

192 CPF: 039.123.969-49

193 Antônio Elizeu Martins _____

194 CPF: 638.684.669-91

195 Cleuci Mara Barbosa Martins _____

196 CPF: 004.194.489-50